



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM  
CNPJ: 00.091.652/0001-89

## **Demonstrações Contábeis Intermediárias**

### **2º Trimestre de 2025**

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2025 e 30 de dezembro de 2024.

Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<u>Nota Explicativa</u>		
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	34.666	29.305
Créditos a Receber	5	33	0
Tributos a Recuperar	6	7.257	7.285
Adiantamentos para Despesas	7	8.649	7.680
Adiantamentos para Convênios e TEDs	8	22.436	21.736
Créditos a compensar de Convênios e TEDs	9	117.136	101.791
Outros Créditos	10	1.354	103
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>191.531</b>	<b>167.900</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo	11	11.924	11.135
Investimentos	12	5	5
Imobilizado	13	142.335	131.063
Intangível	14	236	236
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>154.500</b>	<b>142.439</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>346.031</b>	<b>310.339</b>

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em milhares de reais

**PASSIVO**

**CIRCULANTE**

		<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<u>Nota Explicativa</u>		
Fornecedores e Contas a Pagar	15	8.137	7.252
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	19.342	20.911
Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	17	7.666	11.516
Férias e 13o.salário a Pagar	18	71.182	56.460
Provisão para Contingências	19	3.897	3.897
Contas e Despesas a Pagar	20	19.469	22.802
Convênios com Entidades Diversas	21	1.915	5.715
Transferências Financeiras a Comprovar	22	117.136	101.791
Credores Diversos	23	2.515	1.585
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>251.259</b>	<b>231.929</b>

**NÃO CIRCULANTE**

Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	6.721	7.592
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC	24	53.596	43.761
Bens recebidos em Comodato	24	1.274	1.274
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>61.591</b>	<b>52.627</b>

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital Social	25	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	26	19.991	20.085
Resultado Acumulado	27	(16.958)	(24.450)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>33.181</b>	<b>25.783</b>

**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**346.031      310.339**

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração do Resultado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e três meses de Abril a Junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

		01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
	<i>Nota Explicativa</i>				
Receita Líquida de Serviços	28	619	964	501	476
Custo dos Serviços Prestados	29	(89)	(624)	-	(307)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>530</b>	<b>340</b>	<b>501</b>	<b>169</b>
<b>Despesas Administrativas e Gerais</b>	30	<b>(294.606)</b>	<b>(302.578)</b>	<b>(135.077)</b>	<b>(140.762)</b>
Pessoal	30.1	(258.738)	(262.297)	(110.790)	(112.820)
Depreciação e Amortização		(7.122)	(6.318)	(3.639)	(3.350)
Serviços tomados	30.2	(25.331)	(29.890)	(19.005)	(22.114)
Consumo de materiais		(2.987)	(3.973)	(1.250)	(2.471)
Provisões para contingências		-	-	-	-
Tributárias		(428)	(100)	(393)	(7)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>305.137</b>	<b>297.506</b>	<b>142.655</b>	<b>140.130</b>
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	31	328.065	311.561	157.211	148.633
Outras receitas (despesas) líquidas		(22.928)	(14.055)	(14.556)	(8.503)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas financeiras</b>		<b>11.061</b>	<b>(4.732)</b>	<b>8.079</b>	<b>(463)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	32	<b>(3.039)</b>	<b>(1.974)</b>	<b>(1.748)</b>	<b>(1.158)</b>
Receitas Financeiras		364	280	144	125
Despesas Financeiras		(3.403)	(2.254)	(1.892)	(1.283)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	33	<b>8.022</b>	<b>(6.706)</b>	<b>6.331</b>	<b>(1.621)</b>
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social		(623)	-	(193)	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	34	<b>7.399</b>	<b>(6.706)</b>	<b>6.138</b>	<b>(1.621)</b>
Resultado Líquido por Ação		2,51	(2,27)	2,08	(0,55)

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>30.148</b>	<b>-</b>	<b>20.271</b>	<b>(6.868)</b>	<b>43.551</b>
Resultado do Período	-	-	-	(6.706)	(6.706)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(93)	93	-
Ajustes de Exercício Anteriores	-	-	-	(1.396)	(1.396)
<b>SALDOS EM 30/06/2024</b>	<b>30.148</b>	<b>-</b>	<b>20.178</b>	<b>(14.877)</b>	<b>35.449</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2024</b>	<b>30.148</b>	<b>-</b>	<b>20.085</b>	<b>(24.450)</b>	<b>25.783</b>
Resultado do Período	-	-	-	7.399	7.399
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(94)	94	-
<b>SALDOS EM 30/06/2025</b>	<b>30.148</b>	<b>-</b>	<b>19.991</b>	<b>(16.957)</b>	<b>33.182</b>

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

**Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais**
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**
**Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e seis meses findos em 30 de junho de 2024.**
**Em milhares de reais - R\$**

	Nota explicativa	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
	3.15		
Resultado Líquido do Período		7.399	(6.706)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		7.122	6.318
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		(364)	(280)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	1.003
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD		97	70
Provisão de Contingências		-	-
Ajustes Investimentos		-	-
Subvenção para Custeio		(306.282)	(288.730)
		(292.028)	(288.325)
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS</b>			
Créditos a receber		(33)	(19)
Estoques		-	-
Tributos a recuperar		28	49
Adiantamentos para despesas		(969)	(8.841)
Depósitos Judiciais e para Recursos		(521)	(770)
Outros ativos		(17.295)	26.488
		(18.790)	16.907
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS</b>			
Fornecedores		885	(963)
Obrigações Tributárias		2.842	(962)
Salários e Encargos		14.722	17.373
Contas e Despesas a Pagar		(12.465)	252
Outros Passivos		12.473	(17.285)
		18.457	(1.585)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(292.361)</b>	<b>(273.003)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição do Imobilizado		(51.752)	(217.379)
Baixa de Imobilizado		33.358	199.402
Aquisição de Intangível		-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(18.394)</b>	<b>(17.977)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Subvenção para Custeio		306.282	288.730
AFAC		9.835	6.839
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>316.117</b>	<b>295.569</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>5.362</b>	<b>4.589</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		29.304	21.088
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		34.666	25.677
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>5.362</b>	<b>4.589</b>

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

### Demonstração do Valor Adicionado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e três meses findos em 30 de junho de 2024.

Em milhares de reais - R\$

	2025	2024
<b>RECEITAS</b>	<b>650</b>	<b>1.040</b>
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	650	1.040
Outras receitas	0	0
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>73.060</b>	<b>72.705</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	89	624
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	68.347	58.025
Perda/Recuperação de valores ativos	97	70
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	4.528	13.985
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>-72.410</b>	<b>-71.664</b>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7.122	6.318
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>-79.532</b>	<b>-77.983</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>328.429</b>	<b>311.841</b>
Receitas financeiras	364	280
Recursos Financeiros da União	328.065	311.561
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>248.897</b>	<b>233.859</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>248.897</b>	<b>233.859</b>
<b>Pessoal</b>	<b>195.392</b>	<b>197.455</b>
Remuneração direta	172.851	176.923
Benefícios	10.103	6.558
FGTS	12.438	13.974
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>42.657</b>	<b>40.843</b>
Federais	42.563	40.670
Estaduais	25	25
Municipais	69	148
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>3.449</b>	<b>2.266</b>
Juros	3.449	2.266
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>7.399</b>	<b>(6.706)</b>
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas	7.177	(6.505)
Controladores		
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não	222	(201)
Controladores		

\* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
<u>Nota Explicativa</u>				
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>7.399</b>	<b>(6.706)</b>	<b>6.138</b>	<b>(1.621)</b>
Parcela dos Sócios da Controladora	7.177	(6.504)	5.953	(1.572)
Parcela dos Não Controladores	222	(202)	185	(49)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.396)	-	(1.396)
Realização da Reserva de Reavaliação	94	94	47	47
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>94</b>	<b>(1.302)</b>	<b>47</b>	<b>(1.349)</b>
Parcela dos Sócios da Controladora	91	(1.262)	45	(1.308)
Parcela dos Não Controladores	3	(40)	2	(41)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>7.493</b>	<b>(8.008)</b>	<b>6.185</b>	<b>(2.970)</b>
Parcela dos Sócios da Controladora	7.268	(7.767)	5.999	(2.880)
Parcela dos Não Controladores	225	(241)	186	(90)

\* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.



## 1. Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, doravante denominada CPRM ou “Companhia”, é uma Sociedade por Ações, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, sob controle da União. Sua atuação é regida pelas normas de direito privado e pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), pela Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem por objeto social as atribuições de **Serviço Geológico Do Brasil**, em especial:

I - Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, bem como participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

II - Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Brasil;

III - Estimular a prospecção e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

IV - Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

V - Elaborar sistemas de informação, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

VI - Colaborar em projetos de preservação ambiental em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VII - Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados aos fenômenos naturais e induzidos, como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha; e

VIII - Prestar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

As atividades exercidas pela CPRM, constantes em seu objeto social, visam sempre o interesse público que motivou sua criação, promovendo a geração e difusão do conhecimento científico com excelência. Suas atribuições abrangem a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão dessas informações para o desenvolvimento do país.

A CPRM tem sede e foro na cidade de Brasília – DF, onde está situada sua Diretoria, possui Escritório no Rio de Janeiro, onde se localizam todos os departamentos de controle técnico, administrativo e financeiros da Companhia.

Para garantir sua atuação em todo o território nacional, a CPRM conta ainda com as seguintes unidades regionais:

<b>SIGLA</b>	<b>NOME</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
<b>SUREG/BE</b>	Superintendência de Belém	Belém – PA
<b>SUREG/BH</b>	Superintendência de Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
<b>SUREG/GO</b>	Superintendência de Goiânia	Goiânia – GO
<b>SUREG/MA</b>	Superintendência de Manaus	Manaus – Amazonas
<b>SUREG/PA</b>	Superintendência de Porto Alegre	Porto Alegre – RS
<b>SUREG/SA</b>	Superintendência de Salvador	Salvador – BA
<b>SUREG/RE</b>	Superintendência de Recife	Recife-PE
<b>SUREG/SP</b>	Superintendência de São Paulo	São Paulo – SP
<b>REFO</b>	Residência de Fortaleza	Fortaleza – CE
<b>REPO</b>	Residência de Porto Velho	Porto Velho – RO
<b>RETE</b>	Residência de Teresina	Teresina – PI

## **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Além disso, seguem as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia registra suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. Sua escrituração é mantida em registros permanentes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da CPRM é o real brasileiro (R\$), que corresponde à moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

A moeda funcional é definida como aquela do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera, sendo utilizada para a mensuração de seus elementos patrimoniais e de resultado. A escolha da moeda funcional considera fatores como a moeda que mais

influencia a receita de bens e serviços e a moeda na qual os custos operacionais e financiamentos são denominados.

### **2.3. Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração aplicou julgamentos, estimativas e premissas que impactam a adoção das políticas contábeis e a mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas baseiam-se na experiência histórica, nas melhores informações disponíveis na data do balanço e em fatores relevantes, incluindo expectativas sobre eventos futuros. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração revisa continuamente suas estimativas e julgamentos para refletirem adequadamente a realidade econômico-financeira da Companhia.

As principais estimativas incluem:

- a) Valor recuperável de ativos;
- b) Vida útil e valores residuais de ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- d) Passivos contingentes e provisões judiciais;
- e) Provisão para tributos sobre lucros;
- f) Provisões para 13º salário e férias.

### **2.4. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O custo histórico representa o valor original pelo qual os ativos e passivos são reconhecidos no Balanço Patrimonial.

### **2.5. Critérios de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos são classificados e apresentados em ordem decrescente de liquidez, iniciando pelos itens de maior facilidade de conversão em caixa. Os passivos, por sua vez, são organizados em ordem decrescente de prioridade de pagamento, de modo a evidenciar as obrigações de curto e longo prazo.

Os saldos dos elementos patrimoniais (ativos, passivos e patrimônio líquido) são apresentados comparativamente entre o saldo acumulado no período intermediário corrente e o saldo final do exercício anterior. A demonstração do resultado é apresentada de forma comparativa, abrangendo o período intermediário corrente e acumulado no exercício social corrente, comparadas com demonstrações dos períodos intermediários do exercício

social anterior (corrente e acumulado no ano). A demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido são apresentadas acumuladas no exercício corrente, com a respectiva demonstração acumulada no exercício anterior.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

#### **3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, bem como regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Companhia segue revisando suas políticas contábeis para assegurar conformidade com os regulamentos aplicáveis e aprimorar a transparência de suas informações financeiras.

#### **3.2. Reconhecimento de Receitas**

A receita é reconhecida quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada um dos elementos a seguir:

**- Receitas de subvenção do Tesouro Nacional para custeio de despesas:**

Recebimento de dotações orçamentárias para custeio das atribuições institucionais da Companhia, folha de pagamento de pessoal e encargos, dívidas, demandas judiciais e despesas de capital, devendo atender aos requisitos da Lei 4.320/64, no que concerne à execução orçamentária e financeira.

**- Receitas de prestação de serviços:**

Realização de análise oficial da água das fontes (estudos *in loco*) de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, bem como à pesquisa, lavra e reavaliação de reserva. A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos tributos incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços, provenientes da atividade-fim da Companhia, conforme a legislação tributária específica.

#### **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional para o pagamento de despesas do exercício corrente e de exercícios anteriores (restos a pagar), bem como os recursos financeiros provenientes de Convênios e TEDs e recebidos via Guia de Recolhimento da União (GRU) ou decorrentes do cancelamento de ordens bancárias, que estão pendentes de regularização.

São registrados pelo valor nominal e movimentadas conforme as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial a Macrofunção nº 020303 – Programação e Execução Financeira e a Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, com exceção dos saldos recebidos de convênios ainda não utilizados, que são atualizados conforme dispõe o §4º, art. 10º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

A programação da execução financeira é realizada de forma a compatibilizar a liberação dos recursos com a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

### **3.4. Contas a Receber e Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa**

Os valores a receber são registrados pelo valor de realização e ajustados, quando necessário, por estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa, baseada em análise histórica de perdas e avaliação da administração sobre os riscos associados à inadimplência.

### **3.5. Estoques**

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido realizável. O custo inclui despesas com frete e armazenagem e exclui os tributos recuperáveis.

### **3.6. Adiantamento para convênios e TEDs**

Os recursos adiantados pela CPRM a outras entidades, com a finalidade de execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, são registrados como ativo circulante, representando um direito que será baixado assim que a Companhia aprovar a prestação de contas. Para descentralizar créditos destinados a órgãos e entidades da administração pública federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é necessário celebrar um Termo de Execução Descentralizada (TED), conforme o Decreto nº 10.426/2020. Já a transferência de recursos para entidades que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deve ser realizada por meio da celebração de um Convênio, conforme o Decreto nº 11.531/2023.

### **3.7. Realizável a Longo Prazo**

Representam os ativos que podem ser convertidos em dinheiro, cujo período de realização é superior a um ano. Nele estão incluídos os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, que evidenciam os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos programas de incentivo do governo federal da época.

Também são registrados Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e Depósitos para Recursos.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

### 3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, com taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 – RIR/2018) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores registrados em Imobilizações em Curso incluem gastos com materiais, mão de obra direta e indireta e outros custos relacionados a obras em andamento, além de importações de bens móveis ainda não concluídas e bens móveis que ainda não estão aptos para uso ou que ainda não foram registrados no controle patrimonial. Quando concluídas, essas imobilizações serão destinadas à expansão e/ou manutenção das atividades da empresa e reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Os montantes pelos quais os bens patrimoniais estão reconhecidos após a dedução da depreciação acumulada, asseguram que os registros contábeis não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário qualquer ajuste.

As estimativas de vida útil e valor residual, assim como as respectivas taxas de depreciação dos ativos da CPRM, estão apresentadas no quadro a seguir:

Bens do ativo imobilizado	Estimativa de vida útil <sup>1</sup>	Taxa de depreciação	Valor residual
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios em geral	Dez anos	10% a.a.	10%
Aparelhos de medição e orientação e equipamento utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalar	Quinze anos	6,67% a.a.	20%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	Dez anos	10% a.a.	20%
Máquinas de natureza industrial	Vinte anos	5% a.a.	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	Cinco anos	20% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos de processamento de dados	Cinco anos	20% a.a.	20%
Documentação, objetos de arte e peças para exposição	N/a	N/a	N/a
Veículos	Quinze anos	6.67% a.a.	30%
Embarcações	Vinte anos	5% a.a.	30%
Imóveis	Cinquenta anos	2% a.a.	Valor do terreno + 20% das edificações
Instalações	Dez anos	10% a.a.	N/a
Terrenos	N/a	N/a	Valor do terreno

<sup>1</sup> Relatório e Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial (Processo SEI nº 48086.001612/2021-86)

### 3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, com exceção dos intangíveis cuja vida útil é indefinida que não são amortizados. Todos os intangíveis estão sujeitos a teste de recuperabilidade quando há indicação de desvalorização.

### **3.10. Benefícios a Empregados**

Os benefícios concedidos aos empregados, tais como férias, 13º salário e encargos sociais, são reconhecidos conforme o regime de competência.

A Companhia registra as férias e o 13º salário, com base nos direitos adquiridos por seus empregados até a data do balanço, na proporção mensal de 1/12 (um doze avos) sobre a folha de pagamento.

O saldo de 13º salário a pagar é baixado ao final do exercício.

### **3.11. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São registrados no momento do fato gerador e em conformidade com o regime de competência, em conformidade com os procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações de despesas executadas no SIAFI.

### **3.12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

As provisões são passivos de prazo ou de valor incerto, e as políticas contábeis para registro e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes estão em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis, conforme descrito a seguir:

- I- Ativos Contingentes: são divulgados em nota explicativa quando há probabilidade, mas não há certeza, de entrada de recursos econômicos. Caso a entrada de recursos econômicos não seja provável, nenhuma divulgação é exigida;
- II- Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras e divulgadas em notas explicativas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data do balanço.

- III- Passivos contingentes: são apenas divulgados em nota explicativa quando avaliados como perdas possíveis. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

### **3.13. Tributos sobre o Lucro**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, que são apurados pelo regime do Lucro Real.

Enquanto não transita em julgado a ação sobre o reconhecimento da imunidade recíproca (vide nota 16.1 e item “a” da nota 38) e com base no princípio da prudência, a Companhia reconhece no passivo o valor do imposto de renda quando apura lucro fiscal.

### **3.14. Reserva de reavaliação**

As reservas de reavaliação foram constituídas antes do advento da Lei nº 11.638/2007, com base nas regras do Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal (SPIUnet) e em norma específica. Os saldos remanescentes são transferidos para prejuízos acumulados à medida que os imóveis reavaliados são realizados por meio da depreciação.

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo SPIUnet, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciables.

O prazo máximo estimado para a realização total da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 4 anos e 4 meses e, para o imóvel de GO, é de 31 anos, considerando os ajustes de vida útil e valor residual recomendados pelo Laudo de Avaliação Patrimonial.

### **3.15. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada com base no método indireto, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, parte integrante das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de contabilidade (IFRS), em consonância com os princípios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nesse método, o fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado a partir do lucro ou prejuízo líquido do exercício, ajustado pelos efeitos de:

- a) transações que não envolvem caixa;
- b) variações nos ativos e passivos operacionais; e
- c) outros itens cujo efeito no caixa esteja relacionado às atividades de investimento ou financiamento.



A Companhia reconheceu o recebimento de recursos a título de **subvenção governamental de custeio**, os quais foram originalmente registrados como receita operacional na Demonstração do Resultado.

Entretanto, para efeitos de apresentação na Demonstração dos Fluxos de Caixa, tais valores foram reclassificados das atividades operacionais para as **atividades de financiamento**, considerando:

- a) a natureza dos recursos recebidos;
- b) sua função de financiamento das operações da entidade;
- c) o fato de não estarem vinculados a contrapartidas diretas e imediatas em produtos ou serviços entregues no exercício;
- d) e sua característica recorrente de suprimento de capital.

Além disso, na conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais, foi realizado **ajuste de dedução** do montante recebido, de modo a eliminar o seu impacto sobre o resultado do exercício e evitar dupla contagem do ingresso de caixa.

Essa reclassificação tem como objetivo refletir de forma mais fiel os fluxos de caixa efetivos da Companhia e os recursos utilizados para o financiamento de suas atividades, em linha com os princípios de apresentação apropriada e comparabilidade exigidos pelas normas contábeis aplicáveis.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas: (i) do Tesouro Nacional; (ii) de convênios e TEDs; (iii) de recursos próprios; e (iv) recursos a classificar.

	06/2025	12/2024
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	29.177	22.831
Recursos recebidos de convênios e TEDs	1.786	4.135
Recursos próprios	2.969	2.078
Recursos a classificar	734	261
Total	34.666	29.305

#### 5. Créditos a receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e/ou entes federativos vencíveis em até 30 dias.

	06/2025	12/2024
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)	33	0
Total	33	0

## 6. Tributos a recuperar

Os créditos tributários incluem COFINS e PIS/PASEP, apurados conforme a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições), e créditos de INSS, calculados retrospectivamente com base na DCTFWeb de períodos anteriores.

Além disso, são contabilizadas as retenções de tributos federais efetuadas por clientes originadas da prestação de serviços.

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são utilizados para reduzir o valor das contribuições incidentes sobre o faturamento, enquanto os créditos de INSS podem ser compensados com outros tributos federais devidos, quando aplicável.

	06/2025	12/2024
<b>INSS a Compensar</b>	5.752	5.864
<b>COFINS a Recuperar/Compensar</b>	1.220	1.151
<b>PIS/PASEP a Recuperar/Compensar</b>	265	250
<b>IRPJ/CSLL a Recuperar/Compensar</b>	20	20
<b>Total</b>	<b>7.257</b>	<b>7.285</b>

## 7. Adiantamentos para despesas

Os adiantamentos para viagens, suprimento de fundos e para despesas em nome da Companhia são valores disponibilizados aos empregados para a realização de despesas que, por sua natureza não podem seguir os ritos convencionais de execução orçamentária. Essas despesas estão vinculadas às atividades finalísticas e administrativas e são disciplinadas por normativos internos, e sendo submetidas ao escrutínio da Auditoria Interna da Companhia.

Cada adiantamento recebe um número de controle gerado pelo SEI, que é associado ao CPF do respectivo beneficiário. Enquanto estiver pendente, os valores permanecem registrados no Ativo como um direito a receber. Quando o empregado entrega a prestação de contas, ocorre a reclassificação das despesas, a baixa de responsabilidade e a contabilização dos recebimentos das GRU referentes às devoluções.

Conforme a Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, ao final de cada mês, é realizado o confronto entre as contas de Adiantamento de 13º Salário (Ativo) e 13º Salário a pagar (Passivo), garantindo que não haja superavaliação de saldos de adiantamentos e passivos relacionados ao 13º salário.

	06/2025	12/2024
<b>Adiantamento de Férias</b>	748	1.002
<b>Adiantamento para Viagens</b>	4.927	3.313
<b>Suprimento de Fundos</b>	172	327
<b>Adiantamento para despesas em nome da Companhia</b>	2.802	3.038
<b>Total</b>	<b>8.649</b>	<b>7.680</b>

As variações dos saldos de adiantamentos para atendimento das operações da Companhia (viagens, suprimento de fundos e despesas em nome da Companhia) explicam-se pelo incremento de atividades neste exercício em comparação ao final do exercício anterior.

## 8. Adiantamentos para Convênios e TEDs

Nesta conta, são registrados os valores adiantados para execução de convênios e termos de execução descentralizada, nos quais a Companhia é responsável pelo repasse dos recursos financeiros.

	06/2025	12/2024
<b>Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro</b> <b>Vigência 11/2009 a 11/2013</b> Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 km <sup>2</sup> , da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da Baixada Litorânea e parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Obs.: Vencido. O reconhecimento da dívida está sendo solicitado judicialmente, mediante processo ingressado em 2024.	160	160
<b>Diretoria de Finanças da Marinha</b> <b>Vigência: 18/12/2019 a 23/12/2022 – Prorrogado: 23/12/2023</b> <b>TED 36/CPRM/2019 – ED 699113</b> Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas Remplac e Proarea. Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovadas.	0	2.000
<b>Diretoria de Finanças da Marinha</b> <b>Vigência: 11/2020 a 11/2022</b> <b>TED 1AACJI</b> Objeto: Manutenção anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas Remplac e Proarea. TED nº016/CPRM/2020(1AADBN) Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovadas.	0	1.689
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b> <b>Vigência: 05/11/2021 a 05/11/2024</b> <b>TED 1AAFYZ</b> Objeto: Elaboração de estudos técnicos para análise e avaliação da eficácia, em relação a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, das obras de recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão pertencentes ao passivo ambiental da	1.104	1.104

extinta Carbonífera Treviso S/A, sob responsabilidade da União, nos termos da Ação Civil Pública Nº 93.8000533-4. Neste Termo de Execução Descentralizada estão incluídas as áreas de Beluno, com 42,2 hectares, Ex-Patrimônio, com 26,0 hectares, e Rio Pio, com 117,81 hectares, localizadas nos municípios de Treviso e Siderópolis, SC.

Obs.: Encerrado. Dentro do prazo de prestação de contas.

**Universidade Federal de Lavras**

**Vigência: 04/10/2021 a 04/10/2024**

**TED 1AAFZT**

Objeto: Execução de projeto de pesquisa, capacitação, ciência de dados e inovação para a implementação de novas tecnologias voltadas para geologia e recursos minerais, gestão territorial, hidrologia e hidrogeologia, conforme estabelecido no inciso II, do Art.3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

Obs.: Encerrado. Dentro do prazo de prestação de contas.

7.490 7.040

**Observatório Nacional – ON**

**Vigência: 15/12/2022 a 15/12/2027**

**TED 936895**

Objeto: Repasse de recursos financeiros ao Observatório Nacional (ON), com o apoio de outras instituições de pesquisa do Brasil, realizar a manutenção da Rede Sismográfica Brasileira (RSBR).

Obs.: Em andamento.

2.200 2.200

**Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)**

**Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2024**

**TED 940459**

Objeto: Realização de ações conjuntas com o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), visando à execução das atividades do Projeto Avaliação do Potencial de Urânio no Brasil: Província Uranífera de Lagoa Real, no estado da Bahia.

Obs.: Em andamento. Dentro do prazo de prestação de contas.

251 251

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**

**Vigência: 09/08/2023 a 09/08/2025**

**TED 943387**

Objeto: Repasse de recursos à UFRRJ para pagamento exclusivamente do valor das bolsas do quantitativo de residentes (19), previstos no Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre a CPRM e a UFRRJ, para o desenvolvimento externo (na CPRM) do Programa de Residência de Iniciação Profissional em Ciências da Terra (Residência SGB), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ.

Obs.: Em andamento.

1.036 836

**Universidade Federal de Ouro Preto**

**Vigência: 01/11/2023 a 31/12/2024**

**TED 1AAPBJ**

Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo: a Bacia do São Francisco.

90 90

Obs.: Em andamento. Dentro do prazo de prestação de contas.		
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)</b> <b>Vigência: 12/2023 a 12/2024</b> <b>TED 951776</b> Objeto: Implantação de serviços de comunicação e colaboração, segurança da informação, capacitação e infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso pela CPRM. Obs.: Em andamento. Dentro do prazo de prestação de contas.	2.538	2.538
<b>Universidade Federal de Ouro Preto</b> <b>Vigência: 08/08/2024 a 08/05/2025</b> <b>TED 1AATRK</b> Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em uma área de interesse mútuo: a assinatura geoquímica ( <b>FOOTPRINT</b> ) e morfológica do ouro em âmbito nacional. Ademais, visa o avanço no conhecimento e na base de dados geológicos por meio da caracterização morfológica e microquímica, a ser realizada no Laboratório de Microscopia e Microanálises (LMic) do Departamento de Geologia (Degeo) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Obs.: Em andamento.	95	95
<b>Instituto Federal de Educação Científica e Tec. do RN</b> <b>Vigência: 08/10/2024 a 08/10/2026</b> <b>TED 1AAUIE</b> Objeto: Execução de projeto na área de geologia e recursos minerais, com a geração de um banco de dados robusto e de domínio público. Consiste também no intercâmbio técnico-científico entre discentes e docentes da IFRN em parceria com os pesquisadores e técnicos do SGB, com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo. Tais dados serão disponibilizados através de produtos previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT) 2024 da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM) do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM). Obs.: Em andamento.	176	176
<b>Instituto Federal do Maranhão – IFMA</b> <b>Vigência: 07/11/2024 a 07/11/2027</b> <b>TED 968174</b> Objeto: Apoio técnico-científico na execução de projetos de pesquisa, capacitações, ciência de dados e inovação para a implementação de novas tecnologias voltadas para geologia e recursos minerais, gestão territorial, hidrologia e hidrogeologia, conforme estabelecido no inciso II, do Art.3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Obs.: Em andamento.	2.950	1.727
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b> <b>Vigência: 09/12/2024 a 09/12/2026</b> <b>TED 971441</b>	1.780	1.830

Objeto: Desenvolvimento de novas bases técnicas e aprimoramento de previsões de cheias nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, região denominada de “Rio Grande do Sul Hidrológico” (RSH), com detalhamento para a parte baixa da bacia do Guaíba e Laguna dos Patos altamente impactadas por desastres recentes na região.

Obs.: Em andamento.

**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Vigência: 08/04/2025 a 08/05/2027**

**TED 044/2025**

Objeto: Celebração de termo de execução descentralizada entre a CPRM/SGB e a Universidade Federal De Santa Catarina para o desenvolvimento de novas bases técnicas e aprimoramento de sistema de alerta de níveis e vazões para a bacia amazônica.

Obs.: Em andamento.

**Total**

2.566 0

**22.436 21.736**

## 9. Créditos a compensar de Convênios e TEDs

Referem-se a saldos de convênios e Termos de Execução descentralizada (TED), que, em contrapartida, estão diferidos no passivo, na conta Transferências Financeiras a Comprovar. Esses saldos são relativos aos recursos recebidos de órgãos concedentes, cujas baixas ocorrem após a comprovação e aprovação da prestação de contas (vide Nota Explicativa nº 22).

	UG	SALDO
<b>Escritório Central da ANP</b>	323031	3.181
<b>Agência Nacional de Águas</b>	443003	92.202
<b>Secretaria Nac. de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental</b>	440202	1.045
<b>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração</b>	440001	169
<b>Fundação Nacional de Saúde – DF</b>	255000	52
<b>Projeta Meta II/Secretaria Executiva</b>	320072	9.483
<b>Assessoria Especial de Comunicação Social – Aescom</b>	320076	6.021
<b>Secretaria Nacional de Periferias</b>	560025	4.983
<b>Total</b>		<b>117.136</b>

## 10. Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber e outros créditos não relacionados aos grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar e Assinaturas e Anuidade a Apropriar, que são pagos antecipadamente e apropriados conforme o regime de competência, além de Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas.

O aumento nesta rubrica se explica pelo registro do crédito referente à parte da Companhia no excedente técnico (diferença entre as receitas e as despesas) apurado na apólice do seguro de vida em grupo de seus empregados.

	06/2025	12/2024
<b>Valores a receber por devolução por despesas estornadas</b>	122	68
<b>Indenizações e restituições a receber</b>	918	-
<b>Prêmios de Seguros a apropriar</b>	314	35
<b>Total</b>	<b>1.354</b>	<b>103</b>

## 11. Realizável a Longo Prazo

	06/2025	12/2024
<b>Financiamentos concedidos<sup>1</sup></b>	8.991	8.723
<b>Outros créditos de longo prazo<sup>2</sup></b>	2.933	2.412
<b>Total</b>	<b>11.924</b>	<b>11.135</b>

<sup>1</sup> Valores totais de R\$ 13.048 em 30 de junho de 2025 e R\$ 12.683 em 31 de dezembro de 2024, deduzindo-se R\$ 4.057 e R\$ 3.960, respectivamente, referentes às perdas estimadas com empréstimos/financiamentos concedidos, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 11.1.

<sup>2</sup> Valores totais de R\$ 5.708 em 30 de junho de 2025 e R\$ 5.187 em 31 de dezembro de 2024, deduzindo-se R\$ 2.775, relativos a ajuste de perda para crédito de liquidação duvidosa, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 11.2.

### 11.1. Financiamentos concedidos à Pesquisa Mineral

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do governo federal, cujo objetivo era estimular empresários brasileiros a atuarem no setor de mineração. O programa oferecia um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral e assumia, junto com o empresário, os riscos inerentes à atividade.

A seguir é apresentada a relação dos valores a receber dos financiamentos, por empresa, referentes aos processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) com as respectivas classificações para riscos contratuais<sup>1</sup>:

Processos	Empresas	Recuperação	Custo Corrigido	Perdas Estimadas	Total por Empresa
<b>003.499/35</b>	Exdibra Extr. Diamantes S/A.	<b>Remoto</b>	4.057	(4.057)	0
<b>805.657/76</b>	Belo Sun Min. Ltda.	<b>Provável</b>	8.991	0	8.991
<b>805.658/76</b>					
<b>805.659/76</b>					
<b>812.559/76</b>					
<b>Total</b>			<b>13.048</b>	<b>(4.057)</b>	<b>8.991</b>

<sup>1</sup> Processo SEI nº 48086.004038/2022-07.

#### I - Belo Sun:

A companhia fechou acordo com a Belo Sun para o recebimento do saldo pendente em agosto de 2021 no valor de R\$ 8.671.711,06 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), conforme as seguintes condições:

- **Primeira parcela:** R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), que foi paga em 10 de agosto de 2021;

- **Segunda parcela:** R\$ 6.871.711,06, corrigidos pelo IPCA-E até a quitação, com vencimento em até 30 (trinta) dias contados da data da publicação no Diário Oficial da União da portaria de outorga da concessão de lavra referente ao Processo ANM 805.657/1976. O valor corrigido desta parcela é de R\$ 8.990.595,85. Até 30 de junho de 2025 não houve outorga da concessão de lavra.

#### II - Exdibra

A Consultoria Jurídica da Companhia iniciou as providências para formalizar seu ingresso como assistente nos autos da Ação de Execução nº 0929216-17.1900.4.02.5101, movida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Essa foi a estratégia recomendada pela Consultoria Jurídica e pelo escritório que presta serviços jurídicos à Companhia para viabilizar a recuperação dos valores emprestados por meio do BNDES. Os valores foram atualizados com juros contratuais, que variam de 3% a 7% a.a.

#### 11.2. Outros créditos de longo prazo

	06/2025	12/2024
<b>Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens</b>	2.775	2.775
<b>Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa</b>	(2.775)	(2.775)
<b>Depósitos judiciais</b>	2.575	2.054
<b>Depósitos para interposição de recursos</b>	155	155
<b>Créditos a receber por cessão de pessoal</b>	203	203
<b>Total</b>	<b>2.933</b>	<b>2.412</b>

O valor registrado como "Crédito por Concessão de Direito de Uso/Exploração de Bens" corresponde a um saldo a ser recebido da empresa Eucatex Mineral Ltda. Referente à transferência de direitos minerais. Esses direitos são provenientes de pesquisas bem-sucedidas sobre "turfa" realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no estado de São Paulo, e financiadas com recursos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética e seus relatórios foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM).

Devido à incerteza quanto ao recebimento desse valor, houve o reconhecimento de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa no montante do valor original.



Os valores registrados em “Depósitos Judiciais” decorrem de depósitos bancários efetuados em juízo pela Companhia a partir de sentenças judiciais como forma de proteção aos direitos envolvidos na ação.

Os “Depósitos para Interposição de Recursos” referem-se a pagamentos efetuados pela Companhia para garantir a apresentação de recursos, caso necessário, durante um processo judicial. Ele é usado para evitar a interrupção do prazo para recorrer e assegurar a continuidade do processo.

Os em “Depósitos Judiciais” e os “Depósitos para Interposição de Recursos” podem ser reavidos pela Companhia em caso de decisão favorável ao final do processo judicial ou se os valores depositados forem superiores ao necessário na sentença final, hipótese em que a diferença será devolvida à CPRM.

Os “Créditos a receber por cessão de pessoal” correspondem a valores que a CPRM tem direito de receber em razão da cessão de empregados a órgãos de outros entes federativos, conforme o inciso I, art. 18º, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021. No caso concreto, tratam-se de valores devidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, cujo processo judicial foi encerrado. Até 30/06/2025, o precatório ainda não havia sido disponibilizado à Companhia.

## 12. Investimentos

Os valores registrados em “Investimentos” correspondem a títulos de natureza permanente e ações avaliadas pelo método do custo. A CPRM não detém participação relevante em empresas controladas, não exerce influência em sociedades coligadas nem possui participação igual ou superior a 20% no capital social dessas sociedades.

	06/2025	12/2024
<b>Ações de outras companhias e incentivos fiscais</b>	5	5
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

### 13. Imobilizado

#### 13.1. Saldos do Imobilizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Descrição	Custo até 31/12/2024	Depreciação acumulada (31/12/2024)	Movimentações no período	Depreciação do período	Custo até 30/06/2025	Depreciação acumulada (30/06/2025)	Saldo líquido (30/06/2025)
<b>Imóveis</b>	79.504	(20.052)	(1)	(270)	79.503	(20.319)	59.184
<b>Laboratórios</b>	3.790	(931)	0	(24)	3.790	(959)	2.831
<b>Aparelhos de medição e orientação</b>	58.839	(40.930)	10.099	(1.719)	68.938	(42.606)	26.332
<b>Aparelhos e equipamentos de comunicação</b>	1.824	(1.667)	116	(41)	1.940	(1.704)	236
<b>Equipamentos de operação</b>	11.910	(9.005)	1.656	(291)	13.566	(9.294)	4.272
<b>Mobiliário em geral</b>	11.771	(10.100)	(66)	(183)	12.011	(10.279)	1.732
<b>Instalações</b>	1	(1)	0	0	1	(1)	0
<b>Embarcações</b>	621	(529)	330	(25)	951	(546)	405
<b>Veículos</b>	36.771	(25.854)	3.958	(1.635)	40.729	(27.477)	13.252
<b>Equipamentos de áudio, vídeo e foto</b>	3.924	(2.663)	1.021	(215)	4.945	(2.854)	2.091
<b>Equipamentos de processamento de dados</b>	47.492	(33.323)	1.007	(2.344)	48.499	(35.633)	12.866
<b>Documentação, museus e objetos de arte</b>	8.867	0	0	0	8.868	0	8.868
<b>Imobilização em curso – bens móveis</b>	3470	0	(830)	0	2.640	0	2640
<b>Imobilização em curso – bens imóveis</b>	2.357	0	217	0	2.574	0	2.574
<b>Aparelhos e equipamentos para laboratórios</b>	20.698	(15.911)	369	(359)	21.067	(16.270)	4.797
<b>Máquinas e ferramentas de oficina</b>	923	(733)	80	(15)	1003	(748)	255
<b>Total</b>	<b>292.762</b>	<b>(161.699)</b>	<b>17.956</b>	<b>(7.121)</b>	<b>311.025</b>	<b>(168.690)</b>	<b>142.335</b>

#### 14. Intangível

	06/2025	12/2024
Licenças perpétuas de <i>softwares</i>	236	236
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>236</b>

#### 15. Fornecedores e Contas a pagar

Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de ativos, além das obrigações por serviços prestados por terceiros. Seu montante de R\$ 8.137 tem como principais fornecedores em junho de 2025:

	06/2025	12/2024
DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	626	473
SGS GEOSOL LABORATORIOS LTDA	1.098	664
EURO SERVICE LTDA	282	548
GENTE SEGURADORA SA	233	-
FIRMIANO SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA	222	213
JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	172	141
MICROSENS S/A	49	-
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	317	147
HUMANA SAUDE NORDESTE LTDA	169	-
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	154	334
RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	56	55
G.S.I - SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	4	-
NAFSEG SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	67	-
RAGNAR SEGURANCA LTDA	92	52
OUTROS CREDITORES	4.596	4.625
<b>Total</b>	<b>8.137</b>	<b>7.252</b>

#### 16. Tributos e Encargos Sociais a Pagar

	06/2025	12/2024
Tributos renegociados a curto prazo	4.375	4.306
Tributos renegociados a longo prazo	6.721	7.592
Encargos de INSS	6.154	8.092
FGTS	1.824	2.330
Taxas	0	0
IRPJ a recolher	6.935	6.183
CSLL a recolher	54	0
<b>Total</b>	<b>26.063</b>	<b>28.503</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.342</b>	<b>20.911</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.721</b>	<b>7.592</b>

#### 16.1. Tributos renegociados

A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB), em curto e longo prazo, de acordo com a sua exigibilidade. São classificados como Curto Prazo os tributos com vencimento até o final do exercício subsequente e como Longo Prazo aqueles com vencimento após esse período.

As parcelas referentes ao exercício de 2024 do parcelamento junto à PGFN (PERT – MP 783/2017 – Art. 3 Inciso I) foram antecipadas no exercício de 2023, por isso não houve diminuição do valor total, apenas transferência de saldo do longo prazo para curto prazo.

Conforme relatório de Situação Fiscal de Tributos Federais, segue quadro-resumo dos processos referentes aos tributos renegociados:

Órgão	Situação	Processo	Cód. Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
<b>Receita Federal do Brasil<sup>1</sup></b>	Parcelamento com exigibilidade suspensa	10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ	2.564	4.844	<b>7.408</b>
<b>Procuradoria Geral da Fazenda Nacional</b>	Inscrição com exigibilidade suspensa	PERT – MP 783/2017 – Art. 3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL	1.811	1.877	<b>3.688</b>
<b>Total</b>				<b>4.375</b>	<b>6.721</b>	<b>11.096</b>

<sup>1</sup>O parcelamento junto à Receita Federal do Brasil está suspenso em função de sentença datada de 09/06/2020 nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400, que reconheceu a imunidade da Companhia referente ao IRPJ.

#### 16.2. Encargos de INSS

Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os saldos referem-se a apropriações realizadas ao fim do período de reporte, que serão pagas no mês subsequente.

#### 16.3. Encargos de FGTS

Registra os valores dos encargos sociais a recolher referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), apropriados ao fim do período de reporte, que serão pagos no mês subsequente.

#### 16.4. IRPJ a recolher

Registra os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apurados em conformidade com a sistemática de apuração trimestral do Lucro Real nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, que não foram recolhidos em razão da sentença datada em 09/06/2020 (fls.115 a 124) – Imunidade Recíproca, IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Suspensão da Exigibilidade, Cadastro de Inadimplentes (CADIN) – nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400.

Esses valores são atualizados mensalmente pela Selic até o trânsito julgado da ação.

#### 17. Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções

São registradas as retenções tributárias sobre contas a pagar e folha de pagamento em que a Companhia é responsável pelo recolhimento.

	06/2025	12/2024
<b>IRRF devido ao Tesouro Nacional</b>	4.418	7.773
<b>INSS</b>	1.635	1.932
<b>Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro Nacional</b>	1.468	1.706
<b>ISS</b>	143	105
<b>Total</b>	<b>7.664</b>	<b>11.516</b>

##### 17.1. IRRF Devido ao Tesouro Nacional

Registra os valores de retenções na fonte relativas ao o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) efetuadas pela CPRM, referentes a pagamentos ou valores creditados a terceiros ou empregados, que estão sujeitos à retenção desse tributo.

##### 17.2. INSS

Registra o valor das retenções efetuadas pela Companhia sobre pagamentos de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou a prestadores de serviços, a serem recolhidas ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

##### 17.3. Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro Nacional

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos efetuadas pela Companhia, relativos a diversos impostos (IR) e contribuições (PIS/COFINS/CSLL, entre outros), principalmente em atendimento à Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012.

##### 17.4. ISS

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos de serviços efetuadas pela Companhia, relativos ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN ou simplesmente ISS).

#### 18. Férias e 13º Salário a Pagar

	06/2025	12/2024
<b>Férias a pagar</b>	53.100	56.460
<b>13º Salário a pagar</b>	18.082	-
<b>Total</b>	<b>71.182</b>	<b>56.460</b>

#### 19. Provisão para Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

Não houve adições ou baixas até 30/06/2025.

	12/2024	Adições	Baixas	06/2025
Responsabilidade civil	460	-	-	460
Ações trabalhistas	3.437	-	-	3.437
<b>Total</b>	<b>3.897</b>	-	-	<b>3.897</b>

## 20. Contas e Despesas a pagar

	06/2025	12/2024
Salários, remunerações e benefícios	14.878	20.189
Planos de previdência e assistência médica	2.468	1.123
Retenções sindicatos, associações e cooperativas	23	26
Retenções planos de seguros	756	9
Retenções – empréstimos e financiamentos	1.246	1.301
Outras contas a pagar	98	154
<b>Total</b>	<b>19.469</b>	<b>22.802</b>

### 20.1. Salários, Remunerações e Benefícios

Registra as obrigações líquidas referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados têm direito.

### 20.2. Planos de Previdência e Assistência Médica

Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de previdência e assistência médica.

### 20.3. Retenções Sindicatos e Associações

Registra os valores das consignações retidos pela entidade ou a ela entregue para recolhimentos aos respectivos sindicatos.

### 20.4. Retenções Planos de Seguros

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento referentes às contribuições a planos de seguro de vida em grupo.

### 20.5. Retenções – Empréstimos e Financiamentos

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS.

### 20.6. Outras Contas a Pagar

Registra os valores de benefícios previdenciários, benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição, pensões alimentícias retidas de empregados e fatura do cartão de pagamento do governo federal.

## 21. Convênios com Entidades Diversas

Nesta rubrica estão registrados os saldos financeiros de convênio/TEDs e sua exigibilidade é apurada mensalmente após a aplicação dos recursos.

	06/2025	12/2024
<b>Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo (ANP)</b> <b>TED 689666</b> <b>Vigência: 20/02/15 a 20/02/2025</b> Objeto: Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs.: Em andamento.	15	135
<b>Assessoria Especial de Comunicação Social / MME</b> <b>TED 944188</b> <b>Vigência: 18/07/2023 a 10/03/2024 (Prorrogada até 10/09/2024)</b> Objeto: Ampliar o conhecimento da sociedade brasileira por meio do alinhamento entre as ações da CPRM e do MME, visando à divulgação das políticas públicas e iniciativas do governo federal em relacionadas à promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Obs.: Dentro do prazo para prestação de contas.	3	414
<b>Agência Nacional de Águas – ANA</b> <b>TED 936584</b> <b>Vigência: 01/01/2023 a 30/06/2024</b> Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento, que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas de aquíferos de bacias brasileiras; manutenção da rede sismográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023. Obs.: Dentro do prazo para prestação de contas.	-	-
<b>Agência Nacional de Águas – ANA</b> <b>TED 955080</b> <b>Vigência: 01/01/2024 a 30/06/2025</b> Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas de aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024. Obs.: Em andamento.	18	834
<b>Ministério de Minas e Energia</b> <b>Vigência: 22/12/2023 a 22/12/2024</b> <b>042/CPRM/2022 – 925487</b>	-	-

Objeto: Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos adjudicatários dos itens contratados nos Pregões Eletrônicos nº 003/2022 – SERAFI-BR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ocorreram após seu encerramento. Obs.: Dentro do prazo para prestação de contas.		
<b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>TED 945868</b> <b>Vigência: 18/09/2023 a 18/03/2025</b> Objeto: Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.	129	550
<b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>TED 955676</b> <b>Vigência: 19/02/2024 a 19/03/2025</b> Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborados pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA). Obs.: Em andamento.	0	108
<b>Ministério das Cidades</b> <b>TED 958507</b> <b>Vigência: 01/07/2024 a 31/12/2026</b> Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA). Obs.: Em andamento.	1.750	3.674
<b>Total</b>	<b>1.915</b>	<b>5.715</b>

## 22. Transferências Financeiras a Comprovar

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos saldos de recursos de convênios e TEDs recebidos pela CPRM, que estão pendentes de prestação de contas, para execução de atividades visando um objetivo comum. No órgão concedente, tais recursos integram seus respectivos ativos e, uma vez aprovada a prestação de contas, haverá a baixa do ativo no órgão concedente e da obrigação na CPRM.

A seguir é apresentada a relação dos acordos em que a Companhia é recebedora dos recursos:



NOTAS EXPLICATIVAS  
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<b>Nº TED/Convênio</b>	<b>Entidade Repassadora</b>	<b>Objeto</b>
ED 689666	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na Avenida Pasteur, 404, onde está instalado o BDEP.
ED 694925	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Elaboração dos projetos-piloto de gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas nas bacias dos rios Carinhanha E Verde Grande (BA/MG).
ED 698222	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Monitoramento da recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
ED 936584	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; manutenção de rede sismográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023.
ED 944188	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Ampliação do conhecimento da sociedade brasileira por meio do alinhamento entre as ações da CPRM e do MME, visando à divulgação das políticas públicas e iniciativas do governo federal relacionadas à promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Dessa forma, a parceria vai potencializar a disseminação do conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil. Além disso, ampliará o acesso da sociedade, nos âmbitos regional, nacional e internacional, e demais informações, considerando a necessidade de diálogo do governo federal com diversos públicos.
ED 1AAGLH	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – DF	Analisar processos de convênios celebrados pela Funasa, com prefeituras e/ou governos estaduais, envolvendo, exclusivamente, sistemas de abastecimento de água por meio de captação subterrânea com a execução de profundos.
ED 925970	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	O subprojeto “Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) - Aquisição de Equipamentos de Análises químicas e Geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerais - Rede Lamin” tem por objeto a aquisição de 10 (dez) instrumentos analíticos, que viabilizarão estudos laboratoriais mais modernos, seja substituindo equipamentos que estão prestes a entrar em obsolescência, seja introduzindo novas metodologias analíticas, para recompor a infraestrutura existente na Rede Lamin da CPRM, que opera desde 2012 sem renovação de seus equipamentos, bem como ampliar a base laboratorial da CPRM.
ED 952487	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos

		adjudicatários dos itens contratados em decorrência dos pregões eletrônicos nº 003/2022 - SERAFI-BR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ultrapassaram sua data de encerramento.
ED 945868	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o programa de recuperação de áreas degradadas na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
ED 955676	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA).
ED 958507	MINISTÉRIO DAS CIDADES	A elaboração dos PMRR; constituição da equipe técnica, cuja equipe principal da CPRM deve contar com os seguintes perfis técnicos, além do coordenador-geral: geólogo, com experiência em mapeamento de risco geológico e hidrológico; engenheiro civil/geotécnico, com experiência na proposição de intervenções estruturais e composição de custos; profissional de comunicação social/assistente social/sociólogo, com experiência em atividades participativas e percepção de risco junto às comunidades em situação de risco; realização de reuniões técnicas para alinhamento metodológico entre as equipes, garantindo qualidade e uniformidade dos produtos gerados; elaboração do cronograma de atividades.
ED 955080	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024.
ED 973564	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2025.

A seguir é apresentada a composição desta rubrica por nº TED/Convênio:

Nº TED/Convênio	Saldo	Valor total do TED/Convênio	(%) recebido
ED 689666	3.181	9.429	34%
ED 694925	5.660	5.983	95%
ED 698222	168	218	77%
ED 936584	38.116	38.586	99%
ED 944188	6.022	6.022	100%
ED 1AAGLH	51	698	7%
ED 925970	5.846	10.530	56%
ED 952487	3.638	3.638	100%
ED 945868	550	550	100%
ED 955676	495	495	100%
ED 958507	4.983	7.500	66%
ED 955080	38.026	42.227	90%
ED 973564	10.400	43.126	24%
	<b>117.136</b>		

A seguir, quadro comparativo dos saldos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	06/2025	12/2024
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR</b>	117.136	101.791

### 23. Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar do Passivo Circulante, como contribuição a entidades de previdência privada, diárias a pagar, depósitos e cauções recebidos, depósitos retidos de fornecedores, indenizações, restituições e compensações e outros.

	06/2025	12/2024
<b>Contribuição a entidades de previdência privada</b>	937	926
<b>Diárias a pagar</b>	733	377
<b>Depósitos e cauções recebidos</b>	352	252
<b>Indenizações, restituições e compensações.</b>	111	21
<b>Outros credores</b>	382	9
<b>Total</b>	<b>2.515</b>	<b>1.585</b>

#### 23.1. Contribuição a Entidades de Previdência Privada

Registra os valores dos encargos a recolher representados pela contribuição patronal a entidades fechadas de previdência privada.

A previdência privada dos empregados da CPRM é do tipo de contribuição definida, os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos

suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

### 23.2. Diárias a pagar

Registra os valores relativos às diárias a pagar para os empregados em viagem a serviço da Companhia.

### 23.3. Depósitos e Cauções recebidos

Registra os valores que a companhia recebeu a título de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantir as operações específicas e que deverão ser devolvidos ao contratado ao fim do instrumento contratual.

### 23.4. Indenizações, Restituições e Compensações

Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações devidas pela CPRM a qualquer título.

### 23.5. Outros Credores

Registra os valores relativos às Guia de Recolhimento da União (GRU) para estorno de despesas e ordens bancárias canceladas, que não foram processadas até o final do período de reporte.

## 24. Demais obrigações a longo prazo

	06/2025	12/2024
<b>ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC</b>	53.596	43.761
<b>BENS RECEBIDOS EM COMODATO</b>	1.274	1.274

### 24.1. AFAC

Referem-se aos recebimentos de recursos provenientes da União, para as operações de investimentos da Companhia, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

Visando atender o voto do controlador (União) na Assembleia Geral Ordinária de 2022, a Companhia, a partir do 2º trimestre de 2023, passou a receber do Ministério de Minas e Energia recursos destinados para aumento de sua capacidade operacional, como o AFAC.

### 24.2. Bens recebidos em comodato

Registra os bens que a CPRM recebeu por cessão não onerosa com prazo determinado para devolução:

- Parte do imóvel localizado na Avenida Alexandrino de Alencar, nº 1.402, Bairro Tirol, Natal/RN. O referido imóvel foi cedido pela UNIÃO para a instalação e funcionamento do Núcleo de Natal (NANA) pelo prazo de 20 anos, a partir de 29/11/2021, podendo ser prorrogado por interesse da União e da CPRM.

## 25. Capital Social

O valor do Capital Social da companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 30.148, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 30 de junho de 2025, apresenta a seguinte distribuição:

	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	%
<b>União Federal</b>	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
<b>Fazenda do Estado do Amazonas</b>	-	-	1.169	-	1.169	-
<b>Fazenda do Estado de São Paulo</b>	28.073	1	18.715	6	46.788	2
<b>Cia. Energética de Alagoas</b>	116	-	116	-	232	-
<b>Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás</b>	6.015	-	6.015	2	12.030	-
<b>Petróleo Brasileiro S/A</b>	12.031	1	-	-	12.031	1
<b>Banco Central do Brasil</b>	1.202	-	-	-	1.202	-
<b>Centrais Elétricas Norte do Brasil</b>	-	-	233	-	233	-
<b>Indústrias Nucleares do Brasil</b>	23	-	-	-	23	-
<b>Cia. Mineradora Minas Gerais S/A</b>	200	-	-	-	200	-
<b>Cia. Paranaense de Energia – Copel</b>	674	-	594	-	1.268	-
<b>Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE</b>	467	-	-	-	467	-
<b>Cia. Rio-Grandense Saneamento - Corsan</b>	233	-	-	-	233	-
<b>Metais De Goiás S/A - Metago</b>	584	-	116	-	700	-
<b>Cia. Energética de São Paulo – Cesp</b>	467	-	701	-	1.168	-
<b>Cia. Rio-Grandense de Mineração</b>	39	-	-	-	39	-
<b>Cia. Matogrossense de Mineração - Metamat</b>	400	-	-	-	400	-
<b>Amazonas Distribuidora de Energia S/A</b>	-	-	400	-	400	-
<b>Total</b>	<b>2.631.150</b>	<b>100</b>	<b>317.022</b>	<b>100</b>	<b>2.948.172</b>	<b>100</b>

## 26. Reservas de Reavaliação

	06/2025	12/2024
<b>Terreno</b>	13.006	13.006
<b>Imóvel</b>	6.938	7.079
<b>Total</b>	<b>19.991</b>	<b>20.085</b>

## 27. Resultado Acumulado

Nesta conta, são registrados os resultados acumulados do exercício e de exercícios anteriores da Companhia:

	06/2025	12/2024
<b>Resultados do exercício</b>	7.399	(16.493)
<b>Resultados acumulados de exercícios anteriores</b>	(24.357)	(6.682)
<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	-	(1.275)
<b>Total</b>	<b>(16.958)</b>	<b>(24.450)</b>

## 28. Receita Líquida de Serviços

As receitas referem-se, principalmente, às atividades de análise oficial da água das fontes (estudos *in loco*) de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, bem como à pesquisa, lavra e reavaliação de reserva. Essas análises são realizadas exclusivamente pela rede de Laboratórios de Análise Mineral (Lamin/CPRM), conforme o artigo 4º da Portaria 819/2018 ANM/MME, em conjunto com o Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945), o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e seu regulamento (Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018). Refere-se também ao recebimento de leilões de direitos minerários ocorridos no 2º trimestre de 2025 cujo valor líquido é de R\$ 450.000,00.

	06/2025	06/2024
<b>Receita líquida de serviços</b>	502	512
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>512</b>

## 29. Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados pela Companhia são relativos aos gastos necessários para a realização dos estudos *in loco*, como mão de obra e materiais aplicados.

A apuração desses custos é feita com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos (SIC) do governo federal, conforme a avaliação dos centros de custos pelas áreas que prestam o serviço.

	06/2025	06/2024
<b>Custos dos serviços prestados</b>	0	(307)
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>(307)</b>

## 30. Despesas Administrativas e Gerais

### 30.1. Pessoal

	06/2025	06/2024
<b>Remuneração (i)</b>	(71.354)	(78.569)
<b>Encargos (ii)</b>	(24.285)	(19.246)
<b>Benefícios a empregados (iii)</b>	(12.334)	(12.332)
<b>Plano de Previdência complementar</b>	(2.817)	(2.673)
<b>Total</b>	<b>(110.790)</b>	<b>(112.820)</b>

(i) Vencimento e Salários (R\$ 46.184), Adicionais (R\$ 422), Gratificações (R\$ 10.362), Férias (R\$ 7.382), 13º salário (R\$ 4.962), Indenizações e Restituições Trabalhistas (R\$ 1.784), Outros Vencimentos e vantagens fixas e variáveis (R\$ 258);

- (ii) Contribuição ao INSS (R\$ 18.757) e FGTS (R\$ 5.527);  
(iii) Auxílio alimentação/refeição (R\$ 4.793), Seguro saúde (R\$ 5.918), Seguro de vida (R\$ 1.081), Auxílio creche, vale transporte, auxílio dependente com necessidades especiais e outros auxílios (R\$ 542).

### 30.2. Serviços tomados

	06/2025	06/2024
<b>Serviços Profissionais Contratados (i)</b>	(16.678)	(19.591)
<b>Passagens e hospedagens</b>	(142)	(212)
<b>Manutenção</b>	(1.309)	(1.292)
<b>Água, Energia Elétrica e Gás</b>	(876)	(1.019)
<b>Total</b>	<b>(19.005)</b>	<b>(22.114)</b>

(i) Serviços técnicos profissionais (R\$16.435), Serviços de comunicação (R\$ 215), outros (R\$ 28).

### 31. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

Na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Federal, a CPRM recebe recursos financeiros do Tesouro Nacional, com o objetivo de cobrir custos, despesas e investimentos.

Os recebimentos são segregados entre os recursos financeiros do Orçamento do Exercício Corrente e aqueles destinados aos pagamentos de Restos a Pagar, que correspondem a empenhos emitidos em exercícios anteriores que não puderam ser pagos à época de sua respectiva emissão.

	06/2025	06/2024
<b>Recursos referentes ao orçamento corrente</b>	149.440	140.978
<b>Recursos referentes a restos a pagar</b>	7.771	7.655
<b>Total</b>	<b>157.211</b>	<b>148.633</b>

### 32. Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros ativos e passivos, inclusive a correção pela Taxa Selic dos recursos recebidos para AFAC, que passaram a ser recebidos a partir de abril de 2023, enquanto não capitalizados, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

	06/2025	06/2024
<b>Despesas financeiras</b>	(1.892)	(1.283)
<b>Receitas financeiras</b>	144	125
<b>Total</b>	<b>(1.748)</b>	<b>(1.159)</b>

### 33. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme estabelecido pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou lucro fiscal no período, ensejando IRPJ e CSLL a pagar de R\$ 139 e R\$ 54, respectivamente.

### 34. Resultado Líquido do Período

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência consignado no Art. 177 da Lei nº 6.404/1976, a partir do confronto das Receitas e Despesas e é evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

### 35. Partes Relacionadas

O CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, no item 9, define como parte relacionada uma pessoa ou entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis.

O referido CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas também define o pessoal-chave da administração (as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador dessa entidade) como pessoas relacionadas à entidade, assim consideram-se pessoal-chave da Administração da CPRM os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

A política de Transações com Partes de Relacionadas da CPRM em seu item 6.1, alínea a, inclui também a União, Estados, Distrito Federal e Municípios como partes relacionadas com a CPRM.

Portanto, levando-se em consideração os conceitos apresentados e que a CPRM é uma empresa pública federal dependente do orçamento da União, que possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetua pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados/cedidos pela/para CPRM, afim de compor o quadro de diretores, empregados e conselheiros, pode-se afirmar que as suas transações com partes relacionadas estão resumidas nos quadros a seguir:

#### Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração acumulada (em milhares de R\$) do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário e gratificações.

		06/2025	12/2024
05	Diretores	828	2.126
07	Conselheiros de Administração e Fiscal	186	275



A CPRM possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A CPRM não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

**Quadro 2 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para a CPRM:**

Qtd.	Cargo na CPRM	Condição	Órgão	Esfera	Ressarcimento
03	Pesquisador	Sem ônus	IBGE/SPU/ANM	Federal	Não
03	Assessor	Com ônus	SEEDF/ INFRAERO/PF	Estadual/Federal	Sim
02	Analista	Sem ônus	MGI/ANM	Federal	Não
01	Técnica	Sem ônus	MGI	Federal	Não

**Quadro 3 – Empregados cedidos da CPRM para outros órgãos:**

Qtd.	Cargo na CPRM	Condição	Órgão	Esfera	Ressarcimento
06	Pesquisador	Com ônus	ANM/ETURB/ANA	Federal	Não
06	Analista	Com ônus	Jardim Botânico/MME/ANS/ICMbio/ANM	Federal	Não
07	Técnico	Com ônus	ANM/MGI/MEC/ANP/PRESIDENCIA/UFRN	Federal	Não
02	Pesquisador	Sem ônus	APAC/SEMIL	Federal	Sim

**Quadro 3 – Diretores/Conselheiros oriundos da Administração Pública:**

QTD	CARGO NA CPRM	ÓRGÃO	ESFERA
01	Diretor	PF	Federal
05	Conselheiro	MF / MGI / MRE / MME	Federal

#### Informações adicionais

**Diretores:** A empresa possui cinco diretores, sendo que quatro deles têm recolhimento de INSS e FGTS. O quinto diretor não possui recolhimento de INSS ou FGTS.

**Conselheiros:** Os conselheiros não possuem direito a FGTS, e o recolhimento de INSS pode variar conforme o regime aplicável.

#### Partes Relacionadas com Pessoas Jurídicas

As transações da CPRM com partes relacionadas pessoas jurídicas são, em sua maioria, o recebimento de Recursos do Tesouro Nacional para investimentos e custeio (notas explicativas nº 24.1 e 31, respectivamente) e as oriundas de TEDs/Convênios em que a CPRM atua como repassadora (nota explicativa nº 9) e recebedora (notas explicativas nº 21 e 22) dos recursos.

### 36. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

Em atendimento a Resolução CGPAR/ME Nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2024 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da CPRM, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST:

Qtd.		Maior	Menor	Média
05	Administradores	R\$ 31.703,84	R\$ 31.703,84	R\$ 31.703,84
41	Empregados - Nível Fundamental	R\$ 7.005,12	R\$ 3.978,35	R\$ 5.504,94
534	Empregados - Nível Médio	R\$ 21.042,16	R\$ 4.442,68	R\$ 8.342,79
8063	Empregados - Nível Superior	R\$ 31.985,80	R\$ 9.215,61	R\$ 18.312,43

\*Não incluídos os conselheiros.

Ainda conforme determinação da Resolução CGPAR/ME Nº 30 de 04 de agosto de 2022 o quadro abaixo apresenta os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com previdência privada em benefício aos empregados até 31/03/2025:

Descrição	Média
Remuneração média mensal dos conselheiros de administração	R\$ 3,43458
Remuneração média mensal dos conselheiros fiscais	R\$ 3,434,58
Quantidade de empregados contratados	67
Gasto médio com previdência privada	R\$ 933,65
Gasto médio com benefícios a empregados	R\$ 2.632,45

### 37. Cobertura de Seguro

#### Bens Móveis, Imóveis e Almoxarifado

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº 3038000005196, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 7 de janeiro de 2024 e terminará às 24 horas do dia 7 de janeiro de 2025. O contrato foi firmado por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29), junto à Mapfre Seguros Gerais S/A, prorrogado pelo Terceiro Termo Aditivo (Processo SEI nº 48086.007156/2023-40). A cobertura total (valores segurados) soma R\$145.320.332,00, sendo R\$138.320.331,94 para danos materiais, incluindo Incêndio, queda de raio e explosão; R\$ 5.000.000,00 para danos elétricos; e R\$ 2.000.000,00 para responsabilidade civil. O prêmio total pago foi de R\$ 79.214,96.

#### Veículos

O seguro dos veículos da Companhia foi licitado por meio do processo nº 48086.001070/2020-61, tendo como vencedora a empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Em razão de prorrogação contratual, foi emitida a apólice nº 0531862876967, com vigência inicial às 24 horas do dia 01/12/2023 e término às 24 horas do dia 01/12/2024. O prêmio contratado totalizou o valor de R\$ 234.036,05 (duzentos e trinta e quatro mil, trinta e seis reais e cinco centavos), referente ao seguro de 233 (duzentos e trinta e três) veículos, distribuídos por Unidade Regional. Até a finalização do processo licitatório da nova apólice

de seguro, a apólice vigente foi renovada por dois meses. A nova apólice, de nº 0531863638717, teve vigência de 01/12/2024 a 01/02/2025, com prêmio contratado no valor de R\$ 45.979,10 (quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

Considerando o término da apólice anteriormente emitida pela ANA, foi instruído o processo nº 48086.005686/2024-34 para a contratação de seguro total da frota de 89 (oitenta e nove) veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, cuja prestação de serviços foi realizada pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM. Assim, foi emitida a apólice nº 01310133897, com vigência das 24 horas do dia 09/07/2024 às 24 horas do dia 09/01/2025. O prêmio contratado totalizou o valor de R\$ 67.999,99 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais).

### 38. Ativos e Passivos Contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis, conforme descrito a seguir:

- I- Ativos Contingentes: são divulgados quando há probabilidade de entrada de recursos econômicos, mas não é certa. Caso a entrada de recursos econômicos não seja provável, nenhuma divulgação é exigida;
- II- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

De acordo com a classificação de riscos de perdas realizada pela Consultoria Jurídica da Companhia, nas ações em que a CPRM figura no polo ativo ou no polo passivo, são apresentados a seguir os ativos e passivos contingentes:

**a) Ações em que a Companhia figura no Polo Ativo – Ativos Contingentes (ganhos prováveis):**

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	505
Ações tributárias	7.153
<b>Total</b>	<b>7.658</b>

As ações tributárias foram propostas com base na tese jurídica de que a Companhia, por ser empresa estatal dependente do Tesouro Nacional, que presta serviços essenciais, exclusivos e outorgados pela própria União, tem direito à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, referente a impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços.

**-Destaques:**

**Ação Declaratória:** visa reconhecer o direito da Companhia à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, relativa a impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da autora.

**Repetição de Indébito (IRPJ):** - sentença procedente, em sede de apelação, conclusa para decisão;

A Companhia teve decisões favoráveis suspendendo cobrança de ISS, com reconhecimento da imunidade tributária recíproca e direito à repetição de indébito, nos municípios de Joinville/SC, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP. Além de repetição de indébito de IPTU no município de Salvador/BA.

**b) Ações em que a Companhia figura no Polo Passivo – Passivos Contingentes (perdas possíveis):**

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	4.130
Ações trabalhistas	6.083
<b>Total</b>	<b>10.213</b>

As ações trabalhistas classificadas como possíveis perda referem-se, em sua maioria, a discussões sobre diferenças salariais, gratificação, incorporação e desvio de função, entre outros.

**39. Conciliação entre o balanço publicado e o balanço do SIAFI**

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 1º de novembro de 2006, a Companhia apresenta anualmente, por ocasião do encerramento do exercício, a conciliação entre o balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI.

A seguir, são apresentadas as diferenças apuradas, entre o balanço publicado no SIAFI e o balanço elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, acompanhadas das respectivas justificativas.

	LEI Nº 6.404/76	BALANÇO DO SIAFI	DIFERENÇAS
<b>Ativo Circulante</b>	180.392	180.392	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	142.922	143.922	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>310.339</b>	<b>324.314</b>	-
<b>Passivo Circulante</b>	243.729	243.299	430 a
<b>Passivo Não Circulante</b>	53.542	53.542	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	27.043	27.473	(430) a
<b>Total do Passivo</b>	<b>310.339</b>	<b>324.314</b>	-

a) IRPJ e CSLL referentes ao 1º Trimestre/2025 apurados após o fechamento do SIAFI para lançamentos no mês de março de 2025.

#### **40. Autorização para emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes**

A emissão das Demonstrações Contábeis referentes ao 2º Trimestre de 2025 foi autorizada pela Administração da entidade em 20 de outubro 2025. Até essa data, a Administração não teve conhecimento de nenhum evento que pudesse ter efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis do período de reporte.

##### **Diretoria Executiva**

Inácio Cavalcante Melo Neto  
Diretor Presidente

Rodrigo de Melo Teixeira  
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho  
Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial

Francisco Valdir Silveira  
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

##### **Contador**

Flavio Augusto de Souza Pinheiro  
Contador CRC RJ-116457/O-0

## Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

### Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias 2º trimestre de 2025

#### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

**Aos Administradores e Conselheiros da  
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**

#### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** (a “Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em

todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Auditoria e revisão das demonstrações contábeis anteriores**

Os valores relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por nós sendo emitido um relatório datado de 13 de março de 2025, sem modificação, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido

e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 30 de junho de 2024 foram revisados por nós com emissão de relatório datado de 17 de setembro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por nós e, com base em nossa revisão, não tivemos conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2025

NIVALDO  
SABURO  
YAMAMOTO:81  
523165804

Assinado de forma digital  
por NIVALDO SABURO  
YAMAMOTO:81523165804  
Data: 2025.10.16 14:53:23  
+0300

**TBRT Auditores Independentes S/S**  
**CRC 2SP021239/O-9**  
**Nivaldo Saburo Yamamoto**  
**Contador CRC 1SP195282/O-**



***TBRT***

*Auditores e Consultores*

